

Gestão universitária: fatores preponderantes na percepção de representantes das comissões próprias de avaliação em Instituições de Ensino Superior brasileiras

ZAINA SAID EL HAJJ^I

BARBARA REGINA LOPES COSTA^{II}

RICHARD MEDEIROS DE ARAÚJO^{III}

<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v12i35.2396>

Resumo

O presente estudo teve como objetivo verificar o desempenho das Comissões Próprias de Avaliação no contexto dos atos regulatórios do Ministério da Educação quanto aos elementos decisórios da gestão universitária. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, tendo como universo os representantes das Comissões das 2.448 Instituições de Ensino Superior brasileiras. Aplicou-se, em 2018, um questionário estruturado, enviado por correio eletrônico, para o total de 2.802 representantes, obtendo-se uma amostra de 278 respondentes. A extração e análise de fatores significativos evidenciam o contexto dos atos regulatórios e da gestão universitária, por meio da técnica estatística multivariada - Análise Fatorial Exploratória. Dentre os principais resultados tem-se que as Comissões estão situadas em um âmbito de relevância nas Instituições estudadas, tendo autonomia para a realização de seu trabalho, exercendo a função precípua de um organismo interno orientador do direcionamento da estratégia institucional. Conclui-se que, quando se analisa a gestão do processo de avaliação no contexto da regulação do ensino superior no Brasil, as Comissões Próprias de Avaliação atendem ao direcionamento da estratégia institucional.

Palavras-chave: Comissão Própria de Avaliação. Sinaes. Gestão Universitária. Análise Fatorial.

Submetido em: 29/06/2019

Aprovado em: 27/03/2020

^I Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro (RJ), Brasil; <http://orcid.org/0000-0003-3394-6129>; e-mail: zainael@hotmail.com.

^{II} Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) Itajubá (MG), Brasil; <http://orcid.org/0000-0002-5756-3256>; e-mail: babhy@terra.com.br.

^{III} Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal (RN); <http://orcid.org/0000-0002-6718-8912>; richardmaraujo@uol.com.br.

University management: preponderant factors in the perception of representatives of internal evaluation committees in Brazilian higher education institutions

Abstract

This study aimed to verify the performance of the Evaluation Commissions in the context of the regulatory acts of the Ministry of Education, regarding the decision-making elements of university management. Methodologically, this is a descriptive research with a quantitative approach, having as the universe the representatives of the Commissions of the 2.448 Institutions of Higher Education (2017). In 2018, a structured questionnaire was applied and sent by e-mail to the 2.802 representatives (2015), obtaining a sample of 278 respondents. The extraction and analysis of significant factors shows the context of the regulatory acts and of the university management, through the multivariate statistical technique - Exploratory Factor Analysis. Among the main results is that the Commissions is located in a scope of relevance in the Institutions studied, having autonomy to realize their work, exercising the primary function of an internal body guiding the direction of the institutional strategy. It is concluded that the Evaluation Commissions serve the direction of the institutional strategy, when analyzing the management of the evaluation process in the context of the regulation of higher education in Brazil.

Keywords: Evaluation commission. Sinaes. University management. Factor analysis.

Gestión universitaria: factores preponderantes en la percepción de los representantes de sus propios comités de evaluación en las instituciones de educación superior brasileñas.

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo verificar el desempeño de las Comisiones Propias de Evaluación en el contexto de los actos reglamentarios del Ministerio de Educación, en relación con los elementos de toma de decisiones de la gestión universitaria. Metodológicamente, esta es una investigación descriptiva con un enfoque cuantitativo, que tiene como universo a los representantes de las Comisiones de 2.448 Instituciones de Educación Superior brasileñas. En 2018, se aplicó un cuestionario estructurado, enviado por correo electrónico, a un total de 2,802 representantes, obteniendo una muestra de 278 encuestados. La extracción y el análisis de factores significativos muestra el contexto de los actos reguladores y la gestión universitaria, a través de la técnica estadística multivalente: Análisis Factorial Exploratorio. Entre los principales resultados, las Comisiones se ubican en un ámbito relevante en las instituciones estudiadas, tienen autonomía para llevar a cabo su trabajo, ejercen la función principal de un organismo interno que guía la dirección de la estrategia institucional. Se concluye que, al analizar la gestión del proceso de evaluación en el contexto de la regulación de la educación superior en Brasil, los Comités Propios de Evaluación cumplen con la dirección de la estrategia institucional.

Palabras clave: Comité Propio de Evaluación. SINAES. Gerencia Universitaria. Análisis Factorial

Introdução

Os desafios da gestão universitária das Instituições de Ensino Superior (IES) passam por diversos aspectos, dentre eles: questões pedagógicas, gerenciais e estratégicas, conservação e controle da qualidade, efetividade social e manutenção do alunado. Todos esses aspectos ocorrem dentro de um cenário de descentralização de serviços, regulação do Estado e limitação de acesso a recursos públicos e privados. As IES carregam diversas configurações acadêmicas e, por conseguinte, responsabilidades. À medida que seus instrumentos de planejamento institucional se cristalizam, a condução da gestão tende a outorgar preceitos de qualidade da ação educacional, no ensino, na pesquisa, na extensão, em rede ou *multicampi*.

De acordo com Gomes, Taylor e Saraiva (2018) e Lehfeld, Gabarra, Costa e Sousa (2010), as IES são caracterizadas por organizações peculiares complexas e pluralistas, que buscam novas alternativas de gestão, governança e liderança em um amplo processo de estudo e reflexões. Os gestores se voltam para a construção de princípios adequados de gestão universitária, ao mesmo tempo em que buscam conhecer a história, as premissas e as características das IES como suporte necessário à sua dinâmica constante e plural.

Para Sousa (2011), a busca pela gestão universitária ideal passa por elementos como a participação colegiada dos segmentos e o processo decisório, a manutenção e o controle da autonomia, a habilidade em lidar com a dimensão política presente a partir da concepção e constituição do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e da definição da filosofia institucional, bem como pelos resultados qualitativos das ações educacionais, os financiamentos etc. É um desafio gerar resultados em um ambiente controlado pelo Estado, sob a ótica da regulação, do monitoramento e da avaliação, tendo a gestão que se dotar de um aparato de práticas que culminem com o melhor egresso, fruto do melhor envolvimento social e desenvolvimento tecnológico, bem como da melhor percepção de qualidade advinda da sociedade.

Bruschi e Casartelli (2017) destacam a avaliação institucional, notadamente ao levar em conta a responsabilidade estratégica e operacional para dar uma direção institucional, alinhada com a missão, visão, valores e prestação de contas para a sociedade. Dessa forma, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) pode constituir uma

apreciação transparente e fidedigna por parte das IES e promover uma reflexão sobre seus pontos fortes, pontos fracos e oportunidades de melhorias.

Uma forma de medir a *performance*, no caso da política de educação superior, é o instituto denominado autoavaliação institucional, que tem por objetivo aferir a qualidade educacional em seu conceito mais amplo.

Como observam Haas (2017) e Marquezan e Scremin (2019), a noção de qualidade assumida pelos gestores nas IES inspira ou influencia as medidas de gestão, concentrando esforços com vistas ao alcance de melhores resultados, conjugando exigências impostas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e características e condições institucionais, que podem dispor de cenários diversos. Mas o senso comum trata que o ato avaliativo institucional (em todas as suas perspectivas) possibilita monitorar o desenvolvimento dos indicadores estratégicos, devem alimentar a gestão universitária para implementar ações corretivas, reforçar os impactos positivos e servir de modelo para autorreflexão.

Neste contexto, Seiffert (2018, p. 118) trata ao apregoar que “caberia aos gestores das IES assumirem os propósitos de uma autêntica e rigorosa autoavaliação, incluindo análises críticas sobre os resultados do SINAES”. Incluem as diversas indagações relacionadas com o efetivo significado e sentido das avaliações para IES, sendo um processo não somente formativo-emancipatório ou meramente burocrático-compulsório.

Com indagações análogas, Pimenta e Haas (2015) procederam a um estudo no banco de teses e dissertação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior sobre o Sinaes que demonstrou ainda a incipiência do tema como objeto de estudo. Durante os oito anos analisados, apenas 160 trabalhos foram encontrados e o cerne que ainda gera dúvida é se o sistema nacional de avaliação está mesmo integrado e articulado. De forma adicional, se os seus resultados são perceptíveis e se a Educação Superior vem ganhando qualidade por meio desse sistema legislativo vigente.

Quanto ao tipo de avaliação, Santos Filho (2018) observou que houve funções distintas e complementares, iniciando pela função formativa, depois se tornou mecanismo de regulação e controle, voltando a ser apenas formativa, na sequência: “passou a ser somativa e de regulação e controle no quinto momento para na forma atual integrar as funções formativa, somativa, reguladora e controladora, superando

assim algumas dicotomias limitadoras de sua potencialidade" (SANTOS FILHO, 2018, p. 270).

Deste modo, a avaliação só terá sentido se todo o processo for realizado em conformidade, com ligações coerentes entre os objetivos, propósitos, resultados e ações. Quanto aos resultados da avaliação institucional, estes têm como destino a qualificação do processo educacional como um todo, identificando as necessidades e imprecisões na perseguição da qualidade no processo educacional, este, por fim, evidenciará no processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos (SIAS; DUTRA; BRETANHA; RODRIGUES, 2018).

Dada a necessidade da gestão universitária ser guiada pela lógica da autoavaliação institucional conduzida pela CPA, esse estudo busca responder a seguinte questão de pesquisa: qual a percepção de representantes das CPA sobre o direcionamento da gestão universitária das IES, quanto aos elementos norteadores do Sinaes e as decisões estratégicas orientadas pelos processos e resultados das avaliações internas e externas?

É importante conhecer a gestão das IES sob a ótica dos representantes das CPA no contexto dos atos regulatórios a fim de apontar aspectos de melhorias da gestão universitária. O estudo pretende contribuir para a análise de fatores preponderantes a respeito da CPA e para a gestão universitária, objetivando o desenvolvimento da área avaliação em educação superior.

Fundamentação teórica

A gestão universitária em IES brasileiras

A avaliação institucional, interna e externa, é o processo central do Sinaes, que consiste em um amplo balanço que cada instituição deve fazer para conhecer-se mais profundamente, refletir sobre suas responsabilidades, seus problemas e potencialidades, de planejar e estabelecer metas para melhorar a qualidade em todas as dimensões institucionais e educativas (DIAS SOBRINHO, 2008).

Ristoff (2019) lembra que a formulação do Sinaes teve o cuidado de respeitar o conhecimento expresso na literatura especializada sobre o assunto. Acrescenta ainda que

Sempre se teve a clareza de estar diante de um Estado avaliador, que já havia, em suas leis maiores, estabelecido funções nitidamente somativas ou regulatórias. Sabia-se que o máximo que era possível fazer, sem promover outra discussão que levasse dez anos, como foi o

caso da LDB, que definiu nitidamente as funções regulatórias, era promover as demais funções, buscando instituir a autoavaliação como ponto de partida do processo avaliativo, estabelecer em lei a criação de Comissões Próprias de Autoavaliação, definir a Missão Institucional, o PDI e o PPI como orientadores maiores da avaliação, buscando assegurar, assim, o respeito à identidade institucional. Por último, teve-se o cuidado de assegurar que o ato regulatório, mesmo em casos de graves deficiências encontradas pelas comissões, resultasse não no fechamento imediato de cursos e instituições, mas num protocolo de compromisso que permitisse que a instituição tomasse, em determinado prazo, as medidas cabíveis para a correção das fragilidades, podendo, assim, aprender com os equívocos identificados e evitá-los no futuro (RISTOFF, 2019, p. 26).

A gestão universitária, lembra Santos Filho (2018), deve ponderar dentre diversos elementos constitutivos do planejamento, da pedagogia e da formação humana, sendo esse o sistema normativo que regre a ação da universidade. Nesse limiar tem-se que a profissionalização das IES encontra-se na estruturação, na articulação e no pensamento sistêmico entre o PDI, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), podendo garantir resultados mais efetivos da sua gestão (BRUSCHI; CASARTELLI, 2017).

As universidades são organizações notadamente complexas. Elas constroem seus modelos organizacionais a partir de características culturais próprias. Em primeiro lugar, apresentam uma diversidade de objetivos cuja mensurabilidade é extremamente limitada. Além disso, seu relacionamento para com a sociedade é complexo, pois por um lado, dela depende legal economicamente, mas, de outro, está protegida em virtude de seu prestígio e importância. Em segundo lugar, a difusão de autoridade em zonas de poder e influência que se sobrepõem parcialmente, provoca acentuadas fragmentações internas, resultantes de uma elevada autonomia baseada na tradição, na especialização e na própria natureza das atividades (RIZZATTI; RIZZATTI JUNIOR, 2004, p. 9).

Gerir uma IES é pautar-se num modelo de gestão ancorado em princípios constitucionais, tratando a educação como um serviço básico, e respeitar, em seu âmago, a lógica do sistema de qualidade imperativo no ensino superior brasileiro. Neste cenário em que as IES são objeto de avaliação, o processo de autoavaliação é constituído com a finalidade de integrar o planejamento, uma vez que a gestão pode se empoderar dos processos de avaliação ao captar conhecimentos para possíveis aperfeiçoamentos dos processos internos (MARQUEZAN; SCREMIN, 2019). Assim emerge um diagnóstico institucional, através da análise do ambiente interno, que permite identificar a situação estratégica da IES sob a percepção de diversos segmentos da comunidade. A definição do planejamento estratégico institucional

representa o comprometimento dos que fazem a gestão universitária com a implementação de objetivos, metas e ações correspondentes às demandas da sociedade (MAZZURANA; JUNG, 2014).

A universidade brasileira passa por alterações na redefinição de seus papéis, sobretudo em função de mudanças exigidas pela sociedade; como consequência, novas habilidades e competências funcionais são exigidas para o exercício das funções administrativas das universidades (RIZZATTI; RIZZATTI JÚNIOR, 2004). Conforme Silveira, Colossi, Batista, Silveira e Estevam (2005, p. 8), "A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais das universidades, traduzidas em compromissos científicos e sociais [assegura] a qualidade e a importância de seus produtos e a sua legitimação junto a sociedade". É neste contexto que Lehfeld, Gabarra, Costa e Sousa (2010, p. 178) prescrevem que submeter as IES em avaliações internas e externas "não se reduz à simples atribuição de notas ou conceitos aos diferentes cursos, infraestrutura e atividades de extensão, e muito menos à definição de um diagnóstico revelado por um número", utilizando metodologias de planejamento. A avaliação é uma forma de rever, refletir e aperfeiçoar seus PDI, PPI, PPC, seu quadro de docentes e técnicos administrativos, suas instalações e infraestrutura e suas relações sociais, promovendo a permanente melhoria da qualidade, de eficácia e pertinência das atividades desenvolvidas.

Possuir uma prática de gestão que alinhe processos de avaliação e planejamento é uma forma de ação sincronizada, que evidencia um amadurecimento da instituição no que tange ao aprimoramento de sua gestão. Executar simplesmente a autoavaliação sem dar continuidade à proposição de ações de melhorias da IES pode representar uma atitude descuidada e indiferente diante das perspectivas dos alunos e demais partes interessadas. A utilização, portanto, de resultados da autoavaliação como ferramenta efetiva durante o planejamento significa que a IES preocupa-se com o seu desenvolvimento (BRUSCHI; CASARTELLI, 2017, p. 173).

Dentre as diversas funções das IES, todo o esforço está concentrado na concretização dos objetivos que visam a melhoria da condição de vida da humanidade, por meio do ensino, da pesquisa e da criação de espaços de diálogo colaborativo, ou seja, gerando além de produtos das mais diversas configurações. Dessa forma, tem-se a geração de impactos, como os descritos por Vallaeys (2017) no Quadro 1.

Quadro 1 – Impactos das IES na Sociedade

Impactos	Descrição
Organizacionais	Como qualquer organização laboral, a universidade impacta na vida dos seus membros (administrativos, docentes e estudantes). Também a forma como organiza as suas atividades quotidianas tem impactos ambientais (resíduos, desflorestação, consumos energéticos dos edifícios, transporte etc.)
Educativos	A universidade influencia a formação dos jovens e profissionais, na sua ética e escala de valores, na sua maneira de interpretar o mundo e de nele se comportar. Incide ainda na deontologia profissional e orienta (de forma consciente ou não) a definição da ética profissional de cada disciplina e o seu papel social. A universidade responsável questiona-se sobre o tipo de profissionais, cidadãos e pessoas que forma, e sobre a adequada organização do ensino para garantir uma formação socialmente responsável dos seus estudantes.
Cognitivos	A universidade orienta a produção de conhecimento, influencia na definição do que designa socialmente verdade, ciência, racionalidade, legitimidade, utilidade, ensino etc. Incentiva (ou não) a fragmentação e separação dos saberes ao delimitar os âmbitos de cada especialidade ou formação. Articula a relação entre tecnociência e sociedade, possibilitando (ou não) o controle e a apropriação social do conhecimento. Influencia a definição e seleção dos problemas da agenda científica.
Sociais	A universidade tem um peso social enquanto referência e ator que pode (ou não) promover o progresso, criar capital social, vincular os estudantes à realidade exterior, fazer aceder outros atores ao conhecimento etc. Uma universidade pode fechar-se sobre si mesma como um “claustro académico” que partilha um saber desvinculado do ambiente; pode querer apenas imitar o que é feito a nível internacional e não se preocupar com a sua realidade local circundante; ou pode assentar e vincular-se profundamente no seu contexto de forma a participar na resolução de problemas específicos.

Fonte: Os autores, adaptado de Vallaeys (2017, p. 166-167).

Em momentos distintos, a gestão universitária gera impactos de toda ordem, que movimentam as ações, justificam as não ações e possibilitam que os programas e projetos, dos diversos níveis e tipos da graduação ao doutorado e da iniciação científica a extensão sejam implementados. Assim, o papel das IES é “criar ou ampliar espaços coletivos e intersetoriais no contexto institucional para a discussão das avaliações e a troca de experiências sobre as decisões tomadas” (SEIFFERT, 2018, p. 119), inferindo as atividades pedagógicas e o clima institucional.

Comissão Própria de Avaliação: o espaço na gestão institucional

A construção da agenda de uma gestão universitária, em seu sentido mais amplo, pondera a necessidade permanente de que os serviços educacionais sejam de qualidade, os impactos sociais geradores sejam efetivamente dotados de agregação

de valor às diversas comunidades, isso no universo das execuções dos cursos, projetos, programas e ações de ensino, pesquisa e extensão, respeitadas as diversas categorias administrativas das IES. Logo a CPA não deve ser reconhecida como um apêndice da gestão, mas como um norteador das decisões.

De acordo com a Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004), os insumos diversos gerados a partir da concepção, multiplicidade metodológica e normas na IES devem: produzir conhecimentos; pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela IES; identificar as causas dos seus problemas e deficiências; aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade; julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Na concepção original do Sinaes, a educação transcende o desempenho estudantil em provas estáticas, buscando significados amplos da formação humana integral e pondo em questão a responsabilidade social das IES. Em outras palavras, o sistema de avaliação deve produzir sentidos a respeito do cumprimento das funções sociais de formação humana e construção de conhecimentos de cada instituição, em âmbito regional, nacional ou internacional (DIAS SOBRINHO, 2010).

Executar a avaliação interna é uma condição obrigatória da IES à luz do Sinaes. Rangel (2017, p. 51) considera que “o SINAES parte da ideia de uma avaliação formativa, o processo de autoavaliação, em sua concepção apresentada na proposta da Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior, é centralizada no âmbito das IES”. A proposta gerida pela CPA em cada IES deve passar por uma maturidade compreensiva de forma a ir além da legalidade junto aos órgãos reguladores.

A relevância da CPA foi ratificada com a publicação dos instrumentos de avaliação institucional externa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2017, momento em que se tem no indicador 4.7 do instrumento de credenciamento de IES que

A proposta orçamentária considera as futuras análises do relatório de avaliação interna e prevê ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas (estas, capacitadas para a gestão de recursos), possibilitando a tomada de decisões internas (INEP, 2017a, p. 23).

E no indicador 1.13 do instrumento de reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso, afirma-se que

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso (INEP, 2017b, p. 17).

Os desafios do planejamento e implementação do processo de avaliação institucional vai além da responsabilidade da CPA.

É necessário, entretanto, o amadurecimento de uma cultura de avaliação por parte da comunidade universitária. Há que se entender que a avaliação não é modismo, mas uma prática que deve somar esforços de todos os gestores e colaboradores no sentido de identificar os aspectos mais vulneráveis e que devem ser melhorados na instituição (NUNES; DUARTE; PEREIRA, 2017, p. 382).

Além de um somatório de análise oriunda de relatório de visitas externas do Inep, associadas aos relatórios internos, deve haver coerência entre o planejamento e as avaliações, notadamente a autoavaliação, de modo a auxiliar a instituição a “identificar suas potencialidades e fragilidades, carências e necessidades, a definir suas prioridades, contribuindo para a sua evolução a partir dos processos de planejamento e avaliação institucional como instrumento de gestão” (NUNES; DUARTE; PEREIRA, 2017, p. 377), assim como de ações acadêmicas e administrativas de melhoria institucional junto à comunidade acadêmica e à sociedade.

Um estudo realizado por El Hajj, Costa e Araújo (2018), com objetivo de conhecer a visão das CPA pela gestão universitária, mostra que algumas instituições começam a perceber a relevância dos conteúdos provenientes do trabalho executado pela CPA, adotando uma cultura avaliativa e subsidiando o processo contínuo de estudos institucionais internos e externos de caráter reflexivo e propositivo. No entanto, os mesmos autores identificaram que apenas uma minoria de IES brasileiras já reconhece a contribuição proveniente dos conteúdos apurados pelas avaliações internas e externas, e conseqüentemente poucas utilizam estrategicamente tais dados e informações em sua gestão universitária. Os autores ainda apontam que o desafio é integrar o processo decisório nas diversas instâncias institucionais aos resultados da avaliação de uma forma sistemática e por vezes até não sistêmica.

Metodologia

Este estudo tem por objetivo a extração e análise de fatores preponderantes que caracterizam a percepção dos membros das CPA no contexto dos atos regulatórios do Ministério da Educação (MEC) e da gestão universitária, por meio da técnica estatística multivariada – Análise Fatorial Exploratória. Corrar, Paulo e Dias Filho (2017) explicam a análise multivariada como um conjunto de métodos estatísticos que torna possível a análise simultânea de medidas múltiplas para cada indivíduo, objeto ou fenômeno observado. Sendo assim, uma pesquisa exploratória e descritiva (TRIVINÕS, 1987; GIL, 2010; ANDRADE, 2002; CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007; MALHOTRA, 2006; BABBIE, 2017) pode se tornar fonte de informação à esfera pública, propiciar referências para as IES e CPA, bem como aqueles que se interessem pelo assunto e/ou para futuros estudos.

Para alcançar o objetivo proposto foram adotados métodos quanto aos objetivos, procedimentos e à abordagem do problema (BEUREN, 2009). Este estudo tem tipologia descritiva e exploratória quanto aos seus objetivos; ele busca retratar e conhecer o assunto com profundidade, assim como construir questões importantes para a sua condução. Já o procedimento adotado é o *survey*, que faz uma coleta de dados para descrever a percepção dos representantes da CPA sobre o direcionamento da gestão das IES brasileiras. E a abordagem é quantitativa com emprego da Análise Fatorial (AF) para conhecer a realidade e o comportamento das decisões estratégicas orientadas pelos processos e resultados das avaliações internas e externas.

Os procedimentos empregados caracterizam-se como levantamento de dados, realizado em 2018, que se deu por meio da aplicação de um questionário estruturado com base nas reflexões advindas da literatura apresentada e da experiência dos autores, que atuam em IES brasileiras.

O delineamento do constructo da pesquisa iniciou-se pela população referente ao banco de dados disponibilizado aos pesquisadores pelo Inep, com o panorama do ensino superior de 2015 e os dados de 2.802 IES, obtidos após uso do sistema da Lei de Acesso à Informação. Vale registrar que a fim obter um banco de dados mais atualizado, em 2018, os pesquisadores realizaram novas solicitações ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), que direciona o pedido ao Inep, obtendo posicionamento diferente, uma vez que os dados foram negados desta vez, com a alegação de se tratar de dados de caráter confidencial.

Uma breve descrição aponta a classificação das IES em 2017.

Tabela 1 – IES por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa

Ano	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2017	2.448	106	93	8	181	142	1.878	40	n.a.*

* Não se aplica.

Fonte: Inep (2018).

A Tabela 1 apresenta o número de 2.448 IES no país. Em relação às 296 públicas: 41,9% são estaduais, 36,8% federais e 21,3% municipais. Quase 3/5 das IES federais são universidades e 36,7% são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Já entre as 2.152 IES privadas predominam as faculdades, totalizando 87,3% (INEP, 2018).

Dessa forma, houve uma defasagem de mais de dois anos, entre o banco de dados disponibilizado, com população de 2015, e o cenário da IES brasileiro conforme levantamentos estatísticos divulgados pelo Inep, dados de 2017. Bem como a diminuição de quase 13% do número de IES brasileiras. Assim o tipo de levantamento de dados é transversal, pois se trata de período específico, com a coleta de dados no universo de todas as IES brasileiras em dezembro de 2015, e os membros das CPA das 2.448 IES brasileiras, conforme Censo da Educação Superior 2017.

Em 2018 foi aplicado o questionário por meio do endereço de correio eletrônico/e-mail e da utilização os recursos da ferramenta do Google Docs. Registra-se que o banco de dados obtido informava o endereço de correio eletrônico do gestor da IES. Desta forma foi feito preâmbulo do e-mail e do próprio instrumento, com a ressalva para que o e-mail ou link fosse repassado para os membros da(s) CPA(s) da IES, uma vez que o questionário se destinava exclusivamente aos membros da CPA e não deveria ser respondido por outros profissionais não participantes da CPA.

Em relação à população e amostra, houve o envio do questionário para o endereço de correio eletrônico para a população de 2.802 (2015), sendo que o primeiro envio ocorreu no dia 15/10/2018, com reiteração em 30/10/2018, estipulando o fechamento do formulário para 15/11/2018. Após essas tratativas, obteve-se um retorno de resposta na ordem de 278 questionários.

Neste tipo de amostra os sujeitos escolhidos são os que os pesquisadores têm disponíveis; em consequência há limitação, porque o resultado só se aplica a amostragem construída, não podendo ser generalizado com confiança para a população. Contudo os resultados e conclusões são úteis em se tratando de uma

pesquisa inicial, com a primeira versão de um questionário estruturado tendo em vista os representantes das CPA brasileiras.

O instrumento de coleta de dados foi o questionário, composto de dois blocos de questões. O Bloco I visou obter os resultados do perfil da IES (questão 1 a 6), da composição e características da CPA (questões 7 a 11 e 14 a 16), e a posição do respondente como membro da CPA (questões 12 e 13), com perguntas fechadas dos tipos: (a) dicotômica; (b) múltipla escolha, sendo uma só resposta válida; e (c) semiaberta, com múltiplas escolhas e a opção outros para ser dissertada. O Bloco II trata, especificamente, da gestão das IES sob a ótica dos representantes das CPA no contexto dos atos regulatórios do MEC, quanto aos elementos decisórios da gestão das IES. São 26 assertivas, escalonadas e organizadas com base na Escala de Likert a fim de que o respondente indicasse o seu posicionamento: (1) concordo totalmente; (2) concordo parcialmente; (3) nem concordo nem discordo; (4) discordo parcialmente; e (5) discordo totalmente. Vieira (2009) afirma que é possível traduzir a informação desejada em um conjunto de questões de múltipla escolha e de assertivas específicas, com a possibilidade de garantir a padronização e a comparação dos dados entre os questionadores da pesquisa. Para tanto, foi aplicada a Análise Fatorial Exploratória, do tipo R, com Análise de Componentes Principais, por meio de um conjunto de variáveis que identifica dimensões que são difíceis de serem observadas (raízes latentes).

Salienta-se que as variáveis foram extraídas dos documentos orientativos e normativos do MEC, além de autores como: El Hajj, Costa e Araújo (2018); Castro, Costa, Silveira e Marcorio (2018); Haas (2017); Bruschi e Casartelli (2017); Nunes, Duarte e Pereira (2017); e Vallaeys (2017).

Os dados estatísticos descritivos do Bloco I foram tratados no *software Excel®*, enquanto que a AF foi realizada no *SPSS®*, versão 22. Adotou-se a estatística descritiva num primeiro momento e, em seguida, Análise Multivariada do tipo AF como meio para viabilizar o alcance do objetivo deste estudo. Desta forma a abordagem do problema foi quantitativa (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2017; HAIR; ANDERSON; TATHAM; BLACK, 2005; FÁVERO; BELFIORE, 2017), uma vez que procurou expressar em fatores as opiniões dos membros da CPA, registradas no instrumento de coleta de dados e organizadas em grupos específicos, com o intuito de ter precisão dos resultados, evitar distorções de interpretação e possibilitar a aferição de análise fatorial (BABBIE, 2017).

Análise e discussão dos dados

As análises e discussões dos dados, conforme a metodologia estabelecida, estão divididas em dois momentos, o primeiro aborda descritivamente o perfil das IES, a composição e as características da CPA, bem como a posição do respondente como membro da CPA. O segundo momento trata por meio da AF as variáveis identificadas sob a ótica dos representantes das CPA, referentes aos elementos decisórios da gestão das IES no contexto dos atos regulatórios do MEC.

Perfil das CPA e dos membros respondentes

A análise descritiva do perfil das instituições investigadas indica que 119 ou 43% estão concentradas na região Sudeste, seguida de 88 (32%) na região Sul, 32 (11%) na região Nordeste, 21 (7%) no Centro-Oeste e 18 (6%) no Norte do Brasil. Destaca-se a concentração no eixo sul, a qual é sistematicamente representativa quando se analisa o Censo do Ensino Superior de 2017 (INEP, 2018), em que se tem 1.121 IES ou 45,74% na região Sudeste e 405 ou 16,5% na região Sul.

A Tabela 2 mostra que 82,74% das participantes deste estudo são IES privadas, sendo que 51,08% são com fins lucrativos e 18,71% filantrópicas. Na outra ponta, constam as públicas com 17,26% da amostra, sendo 8,99% associadas aos governos estaduais e 7,19% ligadas ao governo federal brasileiro.

Tabela 2 – Perfil das IES

IES	Pública				Privada				Total	
	Fed.	Est.	Mun.	Total 1	Comum	Conf.	Filant.	Fins Lucr.		Total 2
Nº	20	25	3	48	21	15	52	142	230	278
%	7,19	8,99	1,08	17,26	7,56	5,39	18,71	51,08	82,74	100,00

Fonte: Os autores (2018).

A adesão ao questionário reflete, de certa maneira, o cenário das IES brasileiras, com soberania das IES Privadas, com fins lucrativos, e no contexto do público, pequena maioria das estaduais, verificando-se, também, a predominância de Faculdades.

Ao abordar as configurações acadêmico-administrativas a amostra aponta que a maioria opera sua gestão como Faculdade isolada (66,54%), seguido dos Centros Universitário com 15,83% do perfil pesquisado. A Tabela 3 evidencia a quantidade de

cursos de graduação, com a esfera de reconhecido, ou seja, há conceito expedido após oferta do curso e avaliação externa realizada pelo Inep. Assim temos: 46,76% ou quase metade das IES tem até 9 cursos; 25,18%, de 10 a 20 cursos; 15,11% maior ou igual a 41 cursos e apenas seis IES (2,16%) que não têm cursos com o ato regulatório de reconhecimento.

Tabela 3 – Número de cursos reconhecidos pelo MEC das IES

Cursos Reconhecidos	0	Até 9	10-20	21-30	31-40	≥ 41	Total
Nº	6	130	70	16	14	42	278
%	2,16	46,76	25,18	5,76	5,03	15,11	100,00

Fonte: Os autores (2018).

Ao ponderar sobre quantos cursos de graduação somente autorizados as IES possuem em seus portfólios, seja por ato de autonomia ou após visita de verificação externa, observa-se que: 51,08% da amostra confirmou que tem até três cursos autorizados, 26,26% informaram que possuem de quatro a oito cursos, 8,99% de nove a 15 cursos e 13,67% da amostra tem mais de 15 cursos apenas autorizados ou que já estão em funcionamento, aguardando o momento da avaliação externa junto a instância reguladora para obter o reconhecimento.

Ao compreender a base de alunos matriculados, observou-se que 23,74% das IES pesquisadas possuem até 500 alunos; 29,14% possuem entre 500 e 2.000 matriculados; 21,58% tem uma base de estudantes entre 2.001 e 4.500 devidamente em atividades pedagógicas; 8,99% possuem 4.501 e 7.000 alunos; e 16,55% possuem mais de 7.000 estudantes. A Tabela 4 apresenta o número de alunos ao considerar o total de IES e a última linha especifica a quantidade de alunos somente nas IES Privadas.

Tabela 4 – Número de alunos nas IES

Alunos Matriculados	Até 500	501-2.000	2.001-4.500	4.50-7.000	> 7.000	Total
Nº de IES	66	81	60	25	46	278
%	23,74	29,14	21,58	8,99	16,55	100,00
IES Privada	61	68	55	20	26	230

Fonte: Os autores (2018).

De acordo com a Tabela 5, as configurações acadêmico-administrativas das IES com mais de 7.000 estudantes têm predomínio nas Universidades (76,08%), seguido de 17,39% dos Centros Universitários e apenas 6,52% são Faculdades.

Tabela 5 – IES brasileiras com mais de 7.000 alunos

Configurações	Faculdade	Centro Universitário	Universidade/IF	Total
Nº de IES	3	8	35	46
%	6,52	17,39	76,08	100,00
IES Privada	3	8	14	25

Fonte: Os autores (2018).

Ao discutir o contexto das CPA, observa-se que 69,06% das pessoas que têm acento em uma CPA advieram de interposição direta da gestão institucional, pois 57,19% dos membros são indicados pela gestão da instituição e mais 11,87% dos membros foram selecionados por meio de eleição em lista entre os segmentos (estudantes, docentes e técnicos) e, em seguida, confirmados pela gestão da IES. Apenas 20,86% dos membros da CPA entrevistados evidenciaram que a escolha dos atores ocorre por meio de eleição entre os segmentos, sendo acatados integralmente pela gestão da IES. E 10,08% da amostra compõem a CPA de outra forma.

Outra variável identificada pelo estudo, referente à autonomia na consecução dos trabalhos da CPA, aponta a participação de algum representante da mantenedora com assento na CPA, sendo que: 23,02% afirmam ter acento permanente e normatizado no regimento da CPA, prevendo um representante da mantenedora como membro obrigatoriamente; 7,91% informaram que atualmente há um membro da mantenedora, embora no regimento da CPA não preveja a obrigatoriedade de um representante da mantenedora como membro. Mas a maioria (69,07%) destaca que nenhum membro da mantenedora compõe a Comissão das IES investigadas.

A CPA não deve ter descontinuidade uma vez que ela alimenta uma dinâmica de avaliação interna, dialoga com os processos de avaliação externa e gera insumos sistemáticos para auxiliar a gestão a decidir. Ao se refletir sobre o tempo de atuação dos membros junto à CPA, 13,31% dos respondentes tem seus mandatos a quatro ou mais anos, 11,15% está há três anos, 50,36% tem dois anos, 16,55% está nesta atividade a apenas um ano e 8,63% responderam outro período de tempo.

Ao discutir o perfil do coordenador da CPA, 67,63% são docentes, 12,23% são profissionais técnico-administrativo, 7,56% são gestores, 3,96% apontaram a opção outros, 3,59% são procuradores institucionais, 2,87% são mantenedores e 2,16% são pesquisadores institucional.

Questionou-se o número de membro de cada CPA, excetuando o coordenador, 11,51% tem até quatro membros, 43,53% entre cinco e sete membros na composição, 22,96% entre oito e 10 indivíduos, enquanto 22,30% possuem o número de membros igual ou superior a 10 pessoas. Constatou-se, ainda, que 44,96% dos respondentes são professores, 29,86% são técnicos administrativos, 19,78% são gestores da IES, 3,24% são oriundos do segmento discente e 2,16% da sociedade civil organizada.

A conjunção de dados definiu o perfil da pessoa que respondeu o questionário "on line", cuja condição era ser membro de uma CPA. Assim percebeu-se que 39,57% estava entre dois e cinco anos e 36,69% está a menos de dois anos com acento. Já a minoria possui um histórico na CPA, pois 16,19% compõem a comissão entre 6 e 10 anos, 3,95% entre 11 e 14 anos e 3,6% têm mais de 14 anos na atividade avaliativa. As reuniões das CPA geram pautas e são arquivadas para uso posterior em quase todas (94,24%) as IES investigadas, mostrando uma básica organização para qualquer ato gerencial.

Observou-se que a maior parte das CPA realiza outras pesquisas além das associadas à autoavaliação, a exemplo: levantamento junto a egressos, supervisores de estágios e concluintes. Assim, 60,43% dos respondentes afirmam que tais avaliações ampliam o escopo de atividades inerentes às CPA e aos processos de avaliações internas. Dentre as 278 IES participantes deste estudo, 110 ou 39,56% se restringem à autoavaliação.

Houve certa equidade ao se tratar da existência, além da CPA, de um setor interno de qualidade que acompanha sistematicamente os atos regulatórios e implementa processos de qualidade no âmbito da IES e dos cursos, haja vista que 156 ou 56,11% responderam "sim" a esse questionamento.

Análise fatorial

A aplicação da AF se propõe a explicar a percepção dos membros da CPA no contexto dos atos regulatórios do MEC, quanto aos elementos decisórios da gestão das IES.

A primeira fase é a análise descritiva, que apresentou os 278 respondentes como válidos. Ao analisar a frequência individual das variáveis, nota-se que as afirmativas 10, 11 e 12 relacionadas à autonomia da CPA foram as que tiveram mais respostas "Concordo Totalmente" e "Concordo Parcialmente". Com menos frequência

aparecem as afirmativas 23, que diz respeito da formação e capacitação que tratam do Sinaes, e 24 sobre comunidades alvo das ações de extensão.

A segunda fase trata da matriz de correlação, a qual apresentou alto grau de relacionamento entre as variáveis e, em consequência, houve a conveniência da aplicação da AF. Além da matriz de correlação, foi observado o teste KMO & Bartlett's, com alto grau de explicação (0,946) e significância (abaixo de 0,05) dos dados a partir dos fatores a serem gerados. Dessa forma o teste de esfericidade indica a aplicação da AF porque tem relação suficiente entre as afirmativas e o nível de significância é 0,00, como pode ser visto na Tabela 6.

Tabela 6 – Teste KMO e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem		0,946
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	5191,654
	Grau de Liberdade	325,000
	Significância	0,000

Fonte: Os autores (2019).

O último teste inicial refere-se às comunalidades ou extração da variância comum apresentado na Tabela 7. Identifica-se que todas as afirmativas possuem uma extração da variância comum alta, sendo todas com grau de correlação acima de 0,5.

Tabela 7 – Comunalidades

	Inicial	Extração*		Inicial	Extração
AS01	1	0,608	AS14	1	0,605
AS02	1	0,552	AS15	1	0,691
AS03	1	0,617	AS16	1	0,794
AS04	1	0,589	AS17	1	0,832
AS05	1	0,659	AS18	1	0,749
AS06	1	0,649	AS19	1	0,658
AS07	1	0,643	AS20	1	0,504
AS08	1	0,634	AS21	1	0,700
AS09	1	0,501	AS22	1	0,660
AS10	1	0,781	AS23	1	0,662
AS11	1	0,777	AS24	1	0,633
AS12	1	0,725	AS25	1	0,643
AS13	1	0,643	AS26	1	0,628

*Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Fonte: Os autores (2019).

Todos os testes iniciais indicam a possibilidade de utilizar a ferramenta AF para transformar o conjunto de 26 afirmações em um grupo menor de variáveis independentes, designadas por componentes principais.

A Tabela seguinte apresenta a extração de quatro fatores, que explicam 65,91% dos respondentes ou membros da CPA sobre suas percepções. O primeiro fator explica quase a metade ou 49,31%; enquanto que o segundo fator contribui com 6,84%; o terceiro fator, 5,51%; e o quarto, 4,25%.

Tabela 8 – AF & Variância Total Explicada - Método de Extração: Análise de Componente Principal

AS	Autovalores iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado			Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	12,821	49,312	49,312	12,821	49,312	49,312	5,948	22,876	22,876
2	1,779	6,842	56,154	1,779	6,842	56,154	4,399	16,920	39,797
3	1,433	5,510	61,665	1,433	5,510	61,665	3,410	13,116	52,912
4	1,104	4,246	65,910	1,104	4,246	65,910	3,379	12,998	65,910
5	0,858	3,301	69,211						
6	0,811	3,118	72,329						
7	0,688	2,647	74,976						
8	0,599	2,305	77,281						
9	0,576	2,217	79,498						
10	0,540	2,079	81,577						
11	0,497	1,910	83,487						
12	0,455	1,751	85,237						
13	0,425	1,636	86,873						
14	0,398	1,531	88,405						
15	0,381	1,466	89,871						
16	0,343	1,318	91,189						
17	0,325	1,248	92,437						
18	0,320	1,229	93,666						
19	0,285	1,095	94,761						
20	0,264	1,015	95,777						
21	0,240	0,922	96,699						
22	0,211	0,813	97,512						
23	0,197	0,758	98,27						
24	0,190	0,732	99,002						
25	0,165	0,634	99,637						
26	0,094	0,363	100,000						

Fonte: Os autores (2019).

A matriz de Componente Rotativa, extraída por meio da Análise de Componente Principal e o Método de Rotação Varimax com Normalização de Kaiser e Rotação convergida em sete interações, apresenta o peso das 26 variáveis em termos de quatro fatores ou cargas fatoriais, como pode ser visualizado na Tabela 9.

Tabela 9 – Matriz de Componente Rotativa

Componente				
	1	2	3	4
AS17	0,829	0,249	0,188	0,216
AS18	0,782	0,292	0,193	0,122
AS16	0,764	0,281	0,221	0,286
AS08	0,712	0,246	0,169	0,194
AS19	0,690	0,129	0,22	0,342
AS15	0,656	0,294	0,321	0,268
AS26	0,600	0,274	0,351	0,266
AS13	0,600	0,329	0,252	0,334
AS14	0,585	0,275	0,196	0,386
AS21	0,582	0,194	0,566	0,056
AS07	0,192	0,727	0,271	-0,068
AS02	0,146	0,697	0,097	0,189
AS05	0,352	0,666	0,235	0,190
AS03	0,259	0,656	0,079	0,336
AS06	0,231	0,652	0,410	0,050
AS04	0,355	0,600	0,092	0,307
AS01	0,343	0,562	0,209	0,362
AS22	0,155	0,259	0,698	0,286
AS24	0,164	0,348	0,690	0,098
AS23	0,198	0,396	0,654	0,196
AS20	0,317	-0,071	0,630	0,040
AS25	0,375	0,402	0,534	0,236
AS10	0,229	0,071	0,116	0,843
AS12	0,238	0,252	0,187	0,755
AS11	0,430	0,180	0,087	0,743
AS09	0,284	0,334	0,265	0,489

Fonte: Os autores (2019).

O Fator 1 concentra a maior parte (dez) das cargas fatoriais: 0,829; 0,782; 0,764; 0,712; 0,69; 0,656; 0,6; 0,6; 0,585; e 0,582. O Fator 2 com sete: 0,727; 0,697; 0,666; 0,656; 0,652; 0,6; 0,562. O Fator 3 com cinco: 0,698; 0,69; 0,654; 0,63; 0,534. O Fator 4 com três: 0,843; 0,755; 0,743.

Quadro 2 – Fatores da Percepção dos Membros da CPA

Fator 1	Gestão da IES Fundamental para CPA
AS17	Alta Administração está comprometida com o uso dos resultados da Autoavaliação
AS18	Alta Administração considera os relatórios de avaliação na gestão de recursos
AS16	A gestão da IES reconhece na concretude da ação da CPA como fonte de suas decisões

Continua

Continuação

AS08	As recomendações dos relatórios da CPA, provenientes da Autoavaliação Institucional e/ou da Avaliações Externas, são consideradas pela gestão universitária
AS19	A comunicação dos gestores da IES com a CPA é facilitada continuamente
AS15	A gestão da IES é sempre guiada por avaliações, estudos e análises feitas pela CPA, bem como pelas diretrizes pautadas no PDI
AS26	A gestão do curso considera os resultados das avaliações internas e externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso
AS13	No desenvolvimento ou reordenamento do PDI, os indicadores da CPA são decisivos
AS14	A gestão da IES concede plena estrutura para que a CPA gere interlocução com a sociedade sobre os resultados das avaliações
AS21	As recomendações apresentadas nos Relatórios da CPA, provenientes da Autoavaliação Institucional e/ou das Avaliações Externas, indicam programas de ação alternativos para problemas ou dificuldades detectadas
Fator 2	Importância da Performance da CPA
AS07	A CPA se manifesta formalmente sobre os relatórios de regulação do Inep/MEC remetendo tais relatórios à Alta Administração da IES
AS02	A CPA é o agente responsável integralmente por dialogar com o Inep, no contexto do Sinaes
AS05	Quando da disponibilização dos relatórios de avaliações do Inep, a CPA dialoga formalmente com a coordenação de curso promovendo grandes reflexões
AS03	Os membros da CPA possuem uma visão holística da IES de forma a sempre terem condições de uma interlocução de qualidade com os Avaliadores do Inep/MEC em atos regulatórios
AS06	Existe uma rotina estabelecida pela CPA para orientar todos da IES que vão passar por ato regulatório no Inep/MEC
AS04	A CPA realiza diagnósticos à luz dos instrumentos regulatórios do Inep/MEC dos cursos de graduação e da IES
AS01	A CPA tem pleno conhecimento e acompanha sistematicamente os atos regulatórios nas IES
Fator 3	Atuação Interna e Externa da CPA
AS22	A CPA tem uma agenda de estudos permanente com os seus membros
AS24	As comunidades-alvo das ações de extensão sempre compõem a pesquisa de autoavaliação como informantes
AS23	A CPA faz formação/cursos/oficinas e outras capacitações com os gestores da IES (coordenadores, direção etc.) para tratar dos temas que envolvem o Sinaes como forma de nivelar a compreensão e possibilitar os realinhamentos internos
AS20	As informações que resultam do processo de Autoavaliação Institucional e demais relatórios da CPA são sempre publicados pela IES em ambientes públicos, como sites e murais
AS25	Os resultados das avaliações externas de curso de graduação são sempre de conhecimento da CPA para uma análise preliminar, visando posterior discussão com o Núcleo Docente Estruturante - NDE ou outras instâncias institucionais

Continua

		Conclusão
Fator 4	Autonomia da CPA	
AS10	A CPA tem plena autonomia para desenvolver metodologias de avaliação	
AS12	A CPA sempre atua com autonomia total em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados na IES	
AS11	A CPA tem plena autonomia para fazer proposições à gestão da IES	

Fonte: Os autores (2019).

Os resultados culminaram com a geração de quatro fatores preponderantes que explicam o comportamento das variáveis do estudo em tela. Ou seja, a percepção dos membros das Comissões estudadas sobre a relação delas com o Sinaes e o direcionamento estratégico podem ser explicadas pelo fator 1, este denominado de Gestão da IES Fundamental para CPA.

O referido fator empodera as CPA enquanto agentes internos de importância destacada; assim, a implementação das avaliações, a geração e socialização dos relatórios e o peso disso na concepção dos gestores agregam valor ao processo de gestão da qualidade institucional.

Quanto ao fator 2, este foi denominado de **Importância da Performance da CPA**. Ao considerar que o desempenho da CPA é significativo, os dados desvelam que o papel central das Comissões é alimentar a gestão estratégica das IES, não estando em suas estruturas organizacionais apenas como um elemento obrigatório do marco regulatório, mas sim, como uma mola propulsora de possíveis reflexões para mudanças e consequentes melhorias. Ao tratar a performance das CPA como um fator preponderante, significa ainda que o seu aprimoramento, participação em formações e qualificações devem ser incentivados para que os profissionais que as compõem estejam sempre acompanhando as mudanças na legislação, apreendendo novas metodologias e novos meios para otimizar o trabalho.

Já o terceiro fator foi denominado de **Atuação Interna e Externa da CPA**. Ao considerá-lo, ratifica-se que a CPA tem influência e papel de ação na gestão do acompanhamento da política de qualidade interna e, ao mesmo tempo, se relaciona com o processo de avaliação externa, no circuito comissões externas do MEC e outros. A imbricação entre a avaliação interna e externa trazem insumos para que a gestão institucional das IES proceda as medidas necessárias a partir de evidências no contexto do sistema nacional de qualidade do ensino superior brasileiro.

Por fim, o quarto fator gerado foi caracterizado como **Autonomia da CPA** e registra o que é necessário na sistemática de avaliação no âmbito do Sinaes, bem como que a CPA deve estar consolidada e possuir legitimidade para autonomamente desempenhar sua função na gestão dos processos de avaliação interna nas IES. Seus membros têm o poder-dever de prover as instâncias deliberativas com informações para apoio à decisão.

Os fatores preponderantes gerados vão ao encontro do que Castro, Costa, Silveira e Marcorio (2018) indicaram quando tratou que a CPA tem uma capacidade de gerar uma conjunção de perspectivas de percepções, apreender os dados de campo, elucidar informações, consolidar relatório e ao tratar isso contribuir para o melhor desempenho institucional.

Considerações finais

O objetivo desse estudo foi descrever a percepção e desempenho dos representantes das CPA sobre o direcionamento da gestão das IES, quanto aos elementos norteadores do Sinaes e as decisões estratégicas orientadas pelos processos e resultados das avaliações internas e externas.

Como resultado destacam-se quatro fatores preponderantes dos membros da CPA: Gestão da IES, Importância da Performance, Atuação Interna e Externa, e Autonomia. Os resultados apontam que os atores pertencentes a CPA concebem a lógica da gestão universitária suportada pelo direcionamento do Sinaes, como uma forma de conduzir o processo de gestão, tendo inclusive, no papel da CPA, um componente principal como guia dos atos decisórios.

Assim, a gestão deve considerar o PDI como uma maneira de realizar planejamento de suas ações e: "a partir deste, a instituição direciona seus esforços para desencadear o processo de planejamento e definição de suas estratégias" (BRUSCHI e CASARTELLI, 2017, p. 178). Outro ponto é o encontro coerente com os resultados da pesquisa de El Hajj, Costa e Araújo (2018), em que se evidenciou que os gestores universitários reconhecem a relevância do papel da CPA.

Os membros da CPA investigados apontaram que a existência de autonomia no âmbito dos trabalhos da Comissão fomenta dois raios de ação: o primeiro é legitimar os processos de avaliação como um ciclo de caminhos para a gestão universitária aperfeiçoar seu fazer pedagógico; e o segundo garantir a qualidade da ação da

CPA no universo da gestão institucional, propondo reflexões ancoradas no Sistema Nacional de Avaliação.

Os cuidados que uma CPA deve ter vão além de aplicar instrumentos de coleta de dados no semestre ou no ano, sendo tanto um elo entre a ação da IES e a reação da comunidade acadêmica e sociedade como balizadora de construção de percepções dos atores para reorientar as práticas gerenciais e pedagógicas. Apesar dos possíveis limites demonstrados pelos dados referentes ao processo de composição da CPA nas IES estudadas, determinada intervenção da gestão da IES em sua constituição pode, em algum momento, afetar a emissão do juízo nos relatórios geridos pelos seus membros.

Neste caminhar a CPA também fornece suporte aos atos regulatórios do Inep/MEC, auxiliando com a gestão de visitas externas às IES, o que é salutar, afinal a gestão da qualidade e discussão dos indicadores do ensino superior passam pelas avaliações da CPA. Requer diligência o fato, surgido na pesquisa de campo, de novas atividades, como o levantamento de estágios, o que a priori não deveria ser competência da Comissão. Mas à primeira vista, são mais recursos informacionais para balizar as macroavaliações internas e gerar insumos para a gestão universitária, que reconhece a fundamental importância da CPA para o desempenho da unidade educacional do ensino superior.

Neste contexto está inserido o papel da CPA no centro decisional das IES brasileiras, como preceitua o acabaçõ normativo em vigor. Além de ter uma composição diversificada de membros, representar segmentos distintos e de forma paritária, a gestão das CPA devem ser um grande braço, estando na linha de frente na busca pela manutenção da qualidade universitária e pensando, conjuntamente com os gestores, como aperfeiçoar ininterruptamente as práticas de formação, por meio do ensino, pesquisa e extensão.

Dentre as pesquisas futuras, pode-se abordar a percepção de alunos e de egressos do ensino superior sobre a real efetividade dos trabalhos da CPA na qualidade da formação ao longo de suas respectivas estadias na instituição. Outro percurso investigativo compreende a visão dos docentes sobre a importância da CPA na condução do trabalho pedagógico e da gestão universitária.

Referências

ANDRADE, M. M. de. *Como preparar trabalhos para cursos de pósgraduação: noções práticas*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BABBIE, E. *The basics of social research*. 7. ed. Boston: Cengage Learning, 2017.

BEUREN, I. M. (org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 9 set. 2018.

BRUSCHI, G. F. J.; CASARTELLI, A. de O. A articulação entre a autoavaliação e os processos de planejamento em instituições de educação superior no estado do Rio Grande do Sul. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 171-188, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/28002/16460>. Acesso em: 10 out. 2018.

CASTRO, R. N. A. de; COSTA, E. M. M. B.; SILVEIRA, E. W. da; MARCORIO, A. A. Integração de processos avaliativos em uma instituição de ensino superior brasileira. *Avaliação*, Campinas, SP, v. 23, n. 1, p. 58-74, mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772018000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v23n1/1982-5765-aval-23-01-00058.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (coord.). *Análise multivariada para cursos de administração, ciências contábeis e economia*. São Paulo: Atlas, 2017.

DIAS SOBRINHO, J. Qualidade, avaliação: do Sinaes a índices. *Avaliação*, Campinas, SP, v. 13, n. 3, nov. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000300011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/11.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. *Avaliação*, Campinas, SP, v. 15, n. 1, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772010000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

EL HAJJ, Z.; COSTA, B. R. L.; ARAUJO, R. M. O papel das comissões próprias de avaliação sobre os atos regulatórios: um olhar da gestão universitária. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 28, p. 75-105, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1565/0>. Acesso em: 20 maio 2018.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. *Análise de dados: técnicas multivariadas exploratórias com SPSS e STATA*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, V.; TAYLOR, M. L. M.; SARAIVA, E. V. O ensino superior no Brasil: breve histórico e caracterização. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 42, n. 1, p. 106-129, jan./jul. 2018. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/1647/1395>. Acesso em: 15 maio 2019.

HAAS, C. M. O Sinaes e a concepção de qualidade: o que pensam os gestores acadêmicos das universidades da grande São Paulo. *EccoS: Revista Científica*, São Paulo, n. 44, p. 67-92, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n44.7930>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=7930&path%5B%5D=3648>. Acesso em: 30 set. 2018.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INEP. *Censo da educação superior: sinopse estatística: 2017*. Brasília, DF: MEC, 2018.

INEP. Instrumento de avaliação institucional externa: presencial e a distância: credenciamento. Brasília, DF: MEC, 2017a. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_credenciamento.pdf. Acesso em: 22 set. 2018.

INEP. *Instrumento de avaliação de cursos de graduação: presencial e a distância: reconhecimento [e] renovação de reconhecimento*. Brasília, DF: MEC, 2017b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 22 set. 2018.

LEHFELD, N. A. de S.; GABARRA, M. H. C.; COSTA, C. da; SOUSA, Y. T. C. S. Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação. *Avaliação*, Campinas, SP; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 177-194, mar. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772010000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a10.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARQUEZAN, F. F.; SCREMIN, G. Planejamento e autoavaliação institucional: articulações possíveis e necessárias. *Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, RS, v. 26, n. 1, p. 139-157, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5335/rep.v26i1.8356>. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/8356/114114394>. Acesso em: 24 maio 2019.

MAZZURANA, J. E. J.; JUNG, C. F. Um modelo aplicado à melhoria dos processos de planejamento estratégico e autoavaliação em instituições de ensino superior privadas. *Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional*, Taquara, RS, v. 11, n. 1, p. 167-191, jan./jun. 2014. Disponível em:

https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/103/pdf_39. Acesso em: 10 abr. 2018.

NUNES, E. B. L. de L. P.; DUARTE, M. M. S. L. T.; PEREIRA, I. C. A. Planejamento e avaliação institucional: um indicador do instrumento de avaliação do SINAES. *Avaliação*, Campinas, SP, v. 22, n. 2, p. 373-384, ago. 2017. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000200006>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00373.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

PIMENTA, F. C. R.; HAAS, C. M. Cenário das pesquisas sobre o SINAES junto ao banco de teses da CAPES no período de 2004 a 2012. *Revista @mbienteeducação*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 129-147, jul./dez. 2015. Disponível em:

<http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/521/494>. Acesso em: 10 maio 2019.

RANGEL, D. F. *Sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES): a autoavaliação institucional na Universidade Federal do Espírito Santo*. Orientadora: Neide César Vargas. 2017. 103 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em:

http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8745/1/tese_10816_DISSERTACAO%20DANIELLE%20FREITAS%20RANGEL.pdf. Acesso em: 25 set. 2018.

RIZZATTI, G.; RIZZATTI JÚNIOR, G. Organização universitária: mudanças na administração e nas funções administrativas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 4., 2004, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Gestão Universitária na América do Sul, 2004. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/35684>. Acesso em: 27 maio 2019.

RISTOFF, D. Os desafios da avaliação em contexto de expansão e inclusão. *Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, RS, v. 26, n. 1, p. 9-32, jan./abr. 2019. DOI:

<https://doi.org/10.5335/rep.v26i1.8406>. Disponível em:

<http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/8406/114114385>. Acesso em: 12 abr. 2020.

SANTOS FILHO, J. C. dos. Avaliação da educação superior no Brasil: breve histórico, desafios e perspectivas. *Tendências Pedagógicas*, Madrid, n. 31, p. 253-274, 2018.

SEIFFERT, O. M. L. B. Avaliação da qualidade da educação superior: entrelaçando evidências. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Campo Grande, MS, v. 24, n. 47, p. 99-121, jan./jun. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/5906>. Acesso em: 15 maio 2019.

SIAS, M. A. de F.; DUTRA, R. M. M. C.; BRETANHA, S.; RODRIGUES, A. C. da S. Avaliação institucional: conceitos, objetivos, participação e implicações para a escola.

RELACult: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S. l.], v. 4, ed. especial, fev. 2018. Disponível em:

<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/786/461>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SILVEIRA, L. A.; COLOSSI, N.; BATISTA, L. G. A.; SILVEIRA, M. da G. T.; ESTEVAM, D. de O. Instituições de ensino superior: os desafios no desenvolvimento da administração contemporânea: perspectivas e realidades. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 5., 2005, Mar del Plata. *Anais [...]*. Mar del Plata: Gestão Universitária na América do Sul, 2005. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/97429>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SOUSA, A. M. C. Gestão acadêmica atual. In: COLOMBO, S. S.; RODRIGUES, G. M. (org.). *Desafios da gestão universitária contemporânea*. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 97-110.

TRIVINÕS, A. N. S. *A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLAEYS, F. Responsabilidade social universitária: uma definição prudente e responsável. *Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional*, Taquara, RS, v. 14, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em:

<https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/723/555>. Acesso em: 22 set. 2018.

VIEIRA, S. *Como elaborar questionários*. São Paulo: Atlas, 2009.